

participação é possível, de acordo com o disposto no Item 2. Informa ainda que será providenciado ajuste ao Decreto, de acordo com solicitação apresentada pelo Conselho de Recursos Hídricos, para separação do Sistema Ambiental e Sistema de Recursos Hídricos, e posteriormente seja aberto um edital para composição de vaga de entidades relacionadas exclusivamente aos recursos hídricos. Respondidos os questionamentos deste bloco, o Senhor Marco Luiz Santa Rosa questionou o que seria a representação profissional de produtor rural, em seguida, se a entidade poderia votar nela mesma e qual seria o mecanismo de troca de representação no caso de uma eventual nova diretoria de uma associação. O Senhor Pedro Mendonça, Candanga Advocacia Popular, parabenizou a iniciativa da Secretaria para mitigação de dúvidas e pela amplitude de representação do Comitê. Corroborou com as colocações feitas sobre as dificuldades apresentadas em relação ao processo de participação no atual momento de pandemia, ressaltou a importância de haver um espaço deliberativo paritário da Sociedade Civil e Governo, e ponderou quanto à possibilidade de implantação de assinatura no modelo digital, permitindo que representantes de entidades possam indicar seus representantes sem correr riscos. Em resposta, o Subsecretário Vicente Correia Lima Neto pontuou que foi definida uma vaga por representação para todo o setor profissional, afirmou ainda ser possível que uma entidade vote nela mesma, e caso haja substituição de diretoria nas associações, a vaga permanece da entidade, mudando apenas o seu indicado. Quanto à questão colocada sobre a assinatura digital, declarou não haver impedimentos para a modalidade, e em relação a colocação sobre formulação de Conselho paritário, afirmou que o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN supriria esta demanda, por tratar-se de um conselho paritário que mantém edital próprio de chamamento. O Senhor Cristian Della Giustina externou preocupação quanto a junção das associações de produtores rurais com a representantes da reforma agrária, por tratar-se de temas distintos, sugeriu que fosse feita alteração no campo de inscrição, mantendo a distinção dos dois setores. O Subsecretário Vicente Correia Lima Neto explicou que de acordo com o Edital de Chamamento o setor rural ocuparia três áreas de participação, mantendo-se separados a reforma agrária e agricultura familiar no Item 1, movimentos sociais e coletivos, na agricultura, enquanto entidade do setor empresarial o produtor rural, e também a representação profissional. O Senhor Cristian Della Giustina questionou ainda se caso um dos três componentes não preencham todas as vagas seria possível alguma entidade que tenha atuação em mais de uma área migrar para outra, e se houver algum dos componentes que não preencham todas as vagas, as mesmas poderiam ser remanejadas para outros setores. A Senhora Maria Lima explicou que fez a inscrição de acordo com o Item 4, que dispõe sobre a possibilidade de inscrever-se como profissional do setor de arquitetura contando com o apoio de um produtor rural representante, e no preenchimento dos documentos ainda solicitou a indicação de uma entidade, questionando qual procedimento a ser adotado. O Subsecretário Vicente Correia Lima Neto procedeu a leitura do questionamento apresentado pela Senhora Thayná Reis via chat, sobre a possibilidade de participação no CGP de empresa que trabalha diretamente com todos os temas do PDOT, porém não faz parte de associação ou entidade. Questiona também a quem deveria buscar e os meios a serem utilizados para apresentar solicitação de modificação do PDOT. Em resposta, o Subsecretário afirmou que a representação no CGP é para entidades, ou seja, empresas que apenas representem interesse próprio não podem participar, o mesmo aplicado para pessoa física. Porém, afirma não haver impedimento para participação na revisão do Plano Diretor através de reuniões livres e encaminhamento de solicitações pelo site do próprio Plano, diretamente na aba Fale Conosco ou pelos e-mails disponibilizados pela Secretaria. Respondendo aos questionamentos apresentados pelo Senhor Cristian Della Giustina, afirmou não ser possível realizar o remanejamento e nem uma mesma instituição ocupar mais de uma vaga, informa que caso não haja inscritos suficientes, ou não tenha habilitados para fazer a composição do CGP, ao final do processo será reaberto o Edital de Chamamento para a composição da vaga em questão. Apresentou de acordo com o site, no eixo na revisão do PDOT, que todos os requerimentos protocolados ficam registrados, facilitando a transparência e uma vinculação com o processo específico. Afirmou que a intenção é que à medida que as demandas e solicitações sejam apresentadas crie-se um Geoportal específico para elas, que facilite a leitura posterior e sistematização das respostas, informou ainda que a reunião estava sendo gravada, sendo divulgada nos canais de comunicação da Secretaria a posteriori. A Senhora Eliane questionou se havia sido elaborada minuta de discussão do PDOT. O Subsecretário Vicente Correia Lima Neto respondeu negativamente, comunicou sobre apresentações de diagnóstico disponíveis para análise no site do Plano Diretor, não havendo ainda previsão para construção de proposta. A Senhora Sâmia Valesca questionou com relação as vagas para as entidades, se essa indica necessariamente um dos seus associados, ou poderia indicar um terceiro que presta serviços de assessoria, e se haverá tempo hábil para cumprir todas as etapas do PDOT, que prevê doze meses para uma versão final do Plano Diretor, seguindo para a votação na Câmara Legislativa. O Senhor Pedro Thuin Vidigal Oliveira, do Brasil Presente externou dúvida quanto ao ponto 8.3 do Edital de Chamamento, justificando que foi responsável pela inscrição de uma entidade, porém, não é representante legal, questiona se será preciso procuração da entidade registrada em cartório para proceder a votação. O Subsecretário Vicente Correia Lima Neto reiterou que para participar do processo de votação, o representante deverá ser designado pela entidade através de procuração, conforme definido no Edital de Chamamento. A Senhora Stela propôs a implementação de um Estatuto da Instituição, para definição das responsabilidades da pessoa jurídica, uma vez que o processo de escolha que gera obrigações para a instituição. O Subsecretário Vicente Correia Lima Neto esclareceu indicando o Item 9.1 do Edital, que dispõe que as entidades e instituições selecionadas em reunião pública devem indicar no prazo de cinco dias, a contar da escolha, e nos termos dos seus respectivos Estatutos, Regimento, ou Ato Normativo próprio, o nome de representante para atuar como membro

titular e respectivo suplente na composição do CGP. Na hipótese da entidade, ou instituição permanecer omissa quanto ao dever de indicar representante, caberá ao representante legal da entidade solicitante, o exercício das atribuições previstas para os membros do CGP. A Senhora Natany Osório, Associação dos Moradores Lindeiros e Amigos do Canjerana solicitou esclarecimentos sobre a distinção entre cidade e bairro residencial, e fez considerações com relação a indicação de representação de Conselho Comunitário, que abrange várias associações agregadas, e ainda sobre problemas identificados na região do Lago Sul e Lago Norte. O Subsecretário Vicente Correia Lima Neto explicou que o representante do Conselho Comunitário será o escolhido para a representação, com a possibilidade de proceder a uma subdivisão ou que representante indique outra pessoa de sua instituição para participar da Equipe Técnica do Plano Diretor. Salienta quanto ao conceito de cidade e bairro, que não se aplica ao Distrito Federal, optando por trabalhar o conceito de aglomerados urbanos para a área, sendo o Distrito Federal uma grande cidade, com o estabelecimento de subdivisões, que são as regiões administrativas. Afirmou que questionamentos relativos a estas definições devem ser endereçados à Subsecretaria de Desenvolvimento das Cidades para discussão na revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), possibilitando a correção de erros já identificados. O Senhor Américo, representante do conselho Comunidade Asa Norte pontuou sobre as tentativas de implementação de uso misto nas Quadras 700 Sul, afirmando que trata-se de uma área que deve ser mantida exclusivamente residencial e unifamiliar, alertando sobre outras áreas dentro do Conjunto Tombado que mantêm o mesmo conflito de definição de usos. Após discussão, o Subsecretário Vicente Correia Lima Neto reiterou sobre a possibilidade de agendamento de reunião com a Senhora Izabel N. da Silva Cunha Borges da Subsecretaria do Conjunto Urbanístico (SCUB), para demais esclarecimentos. O Senhor Cristian Della Giustina fez ponderações com relação a classificação de Zona de Contenção Urbana e propriedades que mantêm características fora dos padrões estabelecidos, questionando como seria a metodologia aplicada para estes casos. Informou ainda que estava em processo de elaboração de um documento consistente, englobando questões relativas ao Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) a ser encaminhado como proposta. O Senhor Subsecretário assegurou que as propostas encaminhadas seriam incluídas e debatidas conjuntamente com os demais documentos, comunicou ainda que os processos encaminhados pelo Sistema Eletrônico de Informação geram um número de protocolo que permite o acompanhamento posterior. A Senhora Sâmia Valesca pontuou que presta assessoria jurídica para condomínios irregulares que estão em meio a duas áreas consideradas Áreas de Regularização de Interesse Específico (ARINES), e de acordo com a Lei da Regularização Fundiária, será feita revisão para uma nova configuração de ARINE, questionando se condomínios irregulares deveriam apresentar requerimento de forma individual. O Subsecretário Vicente Correia Lima Neto respondeu positivamente, explicitando que após a realização de reunião livre seja protocolada uma proposta coletiva, apresentando a demanda no site do PDOT. O Senhor Américo agradeceu o espaço, declarando que a comunidade está confiante na condução da atual equipe técnica, que considera em suas propostas o Conjunto Urbano Tombado e os demais itens apresentados. Por fim, o Subsecretário Vicente Correia Lima Neto agradeceu a participação de todos, incentivando que as entidades se inscrevam no processo seletivos, ressaltando que as instituições que não se elegerem podem participar do processo de construção e condução do Plano Diretor em outras instâncias. Agradecendo, em seguida, a equipe técnica pelo auxílio na condução da reunião, prosseguiu ao Item 4. Encerramento: Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Reunião Pública foi encerrada pelo Subsecretário de Políticas e Planejamento Urbano, Senhor Vicente Correia Lima, agradecendo a presença de todos.

CONSELHO GESTOR DO FUNDO DISTRITAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às nove horas do dia sete de novembro do ano de dois mil e dezoito, no SCS, Quadra 06, Bloco A, 2º Andar, Sala de Reuniões – Edifício Sede da SEDUH, foi aberta a 22ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social – CG/FUNDHIS pelo Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação Senhor Mateus Leandro de Oliveira, na qualidade de Presidente, contando com a presença dos Conselheiros relacionados ao final desta Ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura dos trabalhos; 1.2. Verificação do quórum; 1.3. Informes do Presidente; 1.4. Apreciação e aprovação da Ata da 21ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13/08/2019. 2. Processo para Deliberação: 2.1 Processo Nº 00392-000009669/2019-64. Interessado: Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB. Assunto: Projeto de construção de 77 unidades habitacionais (casas térreas com um dormitório) de interesse social nas Quadras QS 602, 607, 427, 431 e 127; QN 411, 415 e 423; e QR 619 e 621 de Região Administrativa de Samambaia (RA – XII). Valor estimado: R\$ 5.114.134,33. Relatora: Júnia Salomão Federman – representante da CODHAB. 3. Assuntos Gerais. 4. Encerramento. O Senhor Secretário Mateus Oliveira saudou os presentes, e pediu desculpas por não poder acomodar todo o público interessado no tema de pauta, por questões de segurança e por pouco espaço no auditório. Constatou o quórum como suficiente e passou imediatamente ao Subitem 1.3. Informes do Presidente passando a palavra ao Secretário de Estado de Governo, Senhor José Humberto Pires de Araújo, que cumprimentou a todos, em especial às mães presentes na reunião. Falou que é um dia especial, quando se trata da construção de moradias para as pessoas que mais necessitam, pois estão tratando de condições de vida. São mais de 150 pessoas do lado de fora do prédio acompanhando o andamento desta reunião. Falou da importância da aprovação deste projeto e de sua alegria em ver que o Governador Ibaneis Rocha em seu primeiro

ano de Governo, está conseguindo realizar e fazer entregas como as de hoje, com a possibilidade de algumas unidades habitacionais serem entregues ainda neste ano de 2019, e a totalidade das casas serem entregues até março ou abril de 2020, depois de um esforço muito grande para atender as 77 famílias que serão beneficiadas nesse primeiro momento. Disse ainda que foi informado que o Ministro Gustavo Canuto, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, de que ele está tendo um olhar especial para o Programa Habita Brasília, e que a depender do andamento do Programa, no Distrito Federal, ele o levará como exemplo para o Governo Federal como um programa vitorioso. E isso mostra operosidade, um Governo que está atento às questões sociais, sobretudo, em relação à moradia, que é fundamental para a vida de todos, o direito ao teto com dignidade. Pediu desculpas, pois juntamente com o Secretário Mateus de Oliveira têm outro compromisso para se fazerem presentes. Por esse motivo, o Secretário Mateus de Oliveira passou a condução dos trabalhos à Secretária Executiva, Senhora Gisele Moll, dizendo, antes, porém, da satisfação de estar na abertura desta reunião tão importante e dizendo que a SEDUH não tem poupado esforços para trabalhar em prol das demandas da Sociedade Civil em todas as questões que envolvam moradia popular. Fez um reconhecimento público aos esforços e discussões sobre esse assunto junto à SEDUH, em especial pelos Conselheiros Antônio Batista de Moraes e Ruth Steffani Costa Leite. Em seguida passou a condução à Secretária Executiva, Giselle Moll Mascarenhas que deu boas-vindas a todos. Em seguida passou ao Subitem 1.4. Apreciação e Aprovação da Ata da 21ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13/08/2019. Sem retificações, a ata foi aprovada conforme apresentada. Seguindo os trabalhos, foi chamado a deliberação o Item 2. Processo para Deliberação, Subitem 2.1 Processo Nº 00392.00000.9669/2019-64. Interessado: Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB. Assunto: Projeto de construção de 77 unidades habitacionais (casas térreas com um dormitório) de interesse social nas Quadras QS 602, 607, 427, 431 e 127; QN 411, 415 e 423; e QR 619 e 621 de Região Administrativa de Samambaia (RA – XII). Valor estimado: R\$ 5.114.134,33. A Secretária Executiva, Giselle Moll Mascarenhas disse ser um prazer receber os convidados para prestigiar este evento, em especial as crianças presentes. Em seguida, passou a palavra a Conselheira e relatora Júnia Salomão Federman que iniciou sua fala agradecendo a oportunidade de ser a relatora desse processo, dizendo ser importante para ela defender temas como esse, pois entende que a habitação não é somente entregar moradias para as famílias, mas há uma série de processos agregados a esse tema, para uma efetividade maior na qualidade da moradia e na permanência das famílias na moradia. Disse que o trabalho de hoje vai ampliar a atuação da Assistência Técnica, pois se trata de um modelo de moradia, cujas residências possuem apenas um dormitório, mas têm a possibilidade de ampliação. É um projeto inovador e que, com a participação das famílias, vai se tornar mais efetivo. Agradeceu à Terracap pela escolha dos lotes, que são lotes de uso misto, e que vão permitir a geração de renda e dará a oportunidade de atender mais famílias de interesse social. Por fim, agradeceu ao Presidente da Codhab, Senhor Wellington Luiz de Souza Silva, pela confiança em seu trabalho e no trabalho desenvolvido pela CODHAB. Em seguida passou a palavra à Senhora Sandra Marinho, que apresentou o que chamou de evolução da prestação de serviços da Assistência Técnica, uma política nova que está sendo implementada pelo Governo e visa dar um índice qualitativo para a habitação de uma forma mais próxima ao beneficiário. Disse que até o momento a atuação do Governo era apenas nas reformas das moradias, mas a nova lei garante aos moradores acesso a arquitetos e engenheiros para que possam construir suas casas de forma mais segura e adequada, cumprindo assim sua função social. Informou sobre a Lei nº 5.485, de 8 de junho de 2015, que estabelece princípios, diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a política de assistência técnica pública e gratuita para projetos e construção de habitação de interesse social. Informou que o Programa Habita Brasília, objetiva cruzar o eixo 1 – Lote Legal e eixo 2 – Na Medida, que tratam da prestação de serviço de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (HIS) para fazer o atendimento no ciclo completo da promoção ao direito à moradia e combatam o déficit habitacional no Distrito Federal. Informou que a execução do projeto será feito com orçamento via FUNDHIS, mas atualmente a execução do programa está sendo feita por meio de emenda parlamentar. O projeto apresentado trata de um lote de 5m2, sem afastamento das casas, composto por uma construção com um quarto completo, cozinha, sala, banheiro e área de serviço, com previsão de um poço de ventilação e a existência de uma área com possibilidades de ampliação da construção, após a entrega pela CODHAB, que será feita de acordo com a necessidade do morador, e será acompanhada pelos arquitetos e técnicos da CODHAB para fazer essa personalização. Primeriamente o FUNDHIS entrará com os recursos para a primeira parte da obra, e depois o morador se responsabilizará pela adaptação na área de ampliação, podendo contar com parceiros como universidades, doação de materiais ou compra dos materiais por eles mesmos. Também poderá haver ocupação na frente da casa, e até subir um segundo pavimento. A unidade está saindo pelo preço de R\$ 65.417,18, considerando o sistema construtivo convencional atual. Informou que até dezembro serão feitas 25 casas, mais 25 serão feitas no primeiro trimestre de 2020, e mais 25 no segundo trimestre do ano que vem. A Secretária Executiva Giselle Moll Mascarenhas parabenizou pelo projeto e disse ser um sonho dos arquitetos ter esse projeto de Assistência Técnica implementado, assim também como o banco de materiais de construção, composto por materiais excedentes oriundos da construção civil, que muitas vezes não pode ser utilizado, mas que podem compor o banco de materiais de construção da CODHAB e ajudar as famílias de baixa renda para complementar suas casas. Disse que a Assistência Técnica é um direito de todo cidadão. O Projeto e a Lei de Assistência Técnica cumprem função social importantíssima, que é aproximar o arquiteto da população de baixa renda. Ressaltou que a arquitetura social vem atender ao anseio do arquiteto e urbanista que deseja fazer muito mais do que ser apenas um arquiteto de grandes obras, podendo possibilitar um bom projeto com conforto adequado a cada família. Em seguida passou a palavra para a Conselheira Júnia Salomão Federman, que leu seu voto, antes, porém, destacou que entre as famílias vulneráveis que vão receber as casas tratadas hoje, tem várias pessoas de características

diferentes, entre elas pessoas com necessidades especiais. Por isso, a Assistência Técnica, além do conforto, gerará sobrevivência a essas pessoas que precisam, com adaptações, ventilação, conforto para tomarem banho, conforto para irem ao banheiro. Não se trata apenas de uma construção, mas de um recomeço para essas pessoas que irão receber essas residências. A Conselheira ressaltou a importância do trabalho das boas lideranças, que fazem toda a diferença. Por isso, solicitou que as famílias não desanimem e continuem a lutar, pois o Governo está no caminho certo, segundo ela. Disse que é muito importante evoluir com a Assistência Técnica e com a informação. Em seguida passou à leitura do seu voto no Processo 00392.0000.9669/2019-64. Processo que “trata da proposta de captação de recursos do Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social do Distrito Federal - FUNDHIS para a execução de 77 módulos estruturais de interesse social, denominados “Módulos Embrões”, na Região Administrativa de Samambaia RA - XII, projeto que ocorrerá em atendimento à Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal. Serão casas térreas com um dormitório, nas Quadras QS 602, 607, 427, 431 e 127; QN 411, 415 e 423; e QR 619 e 621 da Região Administrativa de Samambaia - RA - XII, visando ao atendimento de cidadãos cadastrados no Programa Habitacional da CODHAB/DF na condição de vulnerabilidade.” As casas são compostas “por cozinha, banheiro, sala, quarto e áreas de serviço, com ligações de água, energia, cobertura, vedações e todos os acabamentos, tendo área total de 44,09m², de acordo com o Projeto Executivo. A edificação será entregue com todos os acabamentos internos, forro e louças. Serão disponibilizados 77 lotes urbanizados, sendo 24 localizados nas quadras QR 619 Cj. 5A e 5B e 621 Cj. 2A e 6A, os quais possuem dimensão de 7x18m/lote, totalizando área de 126m²; e demais quadras QS 127 Cj. I, 427 Cj. E, 431 Cj. H, 602 Cj. O e 607 Cj. A e QN 319 Cj. J, 327 Cj. H, 411 Cj. H, 415 Cj. H e 423 Cj. H, com dimensão de 5x20m, totalizando área de 100m²/lote. O processo principal sobre o tema, mediante o qual se credenciaram as 18 (dezoito) empresas para a execução encontra-se no Processo SEI nº 00392-0000.6635/2019-18. ” Voto: “Pela autorização da execução do Projeto de construção de 77 unidades habitacionais (casas térreas com um dormitório) de interesse social nas Quadras QS 602, 607, 427, 431 e 127; QN 411, 415 e 423; e QR 619 e 621 de Região Administrativa De Samambaia (RA – XII), para atendimento à Política Habitacional, por meio do Programa Habita Brasília, especificamente com o cruzamento do eixo 1 – Lote Legal e eixo 2 – Na Medida, que tratam da prestação de serviço de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (HIS), conforme descrito no Formulário 29312018, apresentado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB, com recursos do FUNDHIS, no valor total esmado de R\$ 5.114.134,33 (cinco milhões, cento e quatorze mil, cento e trinta e quatro reais e trinta e três centavos); Pela autorização da adoção de Previdências prementes à instrução de processo específico com vistas à alteração do QDD da Unidade Orçamentária 280.905 a fim de que seja criada a Ação 1213 - construção de unidades habitacionais, permitindo que haja execução futura de Projetos análogos, por meio de Descentralização de Créditos.” A Secretária Executiva, Giselle Moll em seguida franqueou a palavra aos presentes: 1) O Conselheiro Antônio Batista de Moraes disse ser fácil perceber o que está sendo feito neste evento. Para isso basta fechar os olhos e se imaginar sem um local para morar, sem uma cama para dormir, sem uma porta para abrir para entrar na sua casa, ter 7 filhos, ter filho deficiente. Disse que o Governo Ibaneis foi eleito com uma proposta diferente de outros governos, que é deixar qualquer diferença política do Distrito Federal para trás. Ressaltou que o Estado foi criado com o objetivo de cuidar das pessoas, e se isso não acontecer, todos estarão fracassando no seu ideal. Disse que “hoje nós estamos fazendo do Estado o que o Estado tem que fazer.” Elogiou a equipe formada pelo atual Governo, pois segundo ele, estar eleito é uma coisa, mas formar uma equipe que entenda e compreenda o Distrito Federal é mais importante. Disse que o Governo mostrou que não só o Estado, mas esse Governo tem responsabilidade social. Observou que pela primeira vez o FUNDHIS tomou o rumo certo, que foi o rumo das pessoas. Informou que o Deputado Martins Machado enviou 2 milhões de reais em emendas parlamentares, para iniciar as obras de 30 casas para dar dignidade a 30 famílias. Agora serão mais 5 milhões de reais do FUNDHIS. E o Ministro Gustavo Canuto, dispôs à CODHAB 40 milhões de reais para serem investidos nesse mesmo modelo de projeto. Ou seja, o Governo Federal também está pensando como a SEDUH está pensando, que é beneficiar famílias carentes com residências. Por fim, aconselhou os beneficiados a não perderem a confiança em Deus e em si mesmos, não perderem a confiança no Estado e no Governo. Falou para as famílias educarem seus filhos, dizendo a eles que eles têm uma escola perto de casa e acreditarem na educação; levar seus filhos na igreja e diga para eles que Deus existe, e Deus que está botando a mão nesse trabalho de hoje. 2) O Senhor Gustavo Aires, Administrador de Samambaia, agradeceu as palavras do Conselheiro Antônio Batista de Moraes e disse acreditar na votação que será feita em seguida. Lembrou que na época da campanha do Governador Ibaneis Rocha, ele falava que “a gente não pode deixar as pessoas perderem a esperança no Governo e na gente como pessoa pública.” Disse que o Distrito Federal está passando por um momento de bastante união entre toda a equipe de Governo. E a comunidade também está abraçando a causa do Governador. Todos estão trabalhando em prol de um bem comum, que é a melhoria de vida daqueles que mais precisam. Foi para isso que o Governo foi eleito e todos estão trabalhando, para trazer a esperança de volta para os cidadãos. O Administrador agradeceu pela inauguração do posto da CODHAB, em Samambaia, que vai atender a comunidade daquela Região. Também agradeceu a acolhida da população e aos Conselheiros aqui pelo carinho demonstrado pela população de Samambaia. Em seguida, a Secretária Executiva Giselle Moll Mascarenhas, antes de proceder à votação, pontuou para todos os Conselheiros, em particular aos representantes do Governo, que todos estão assumindo um compromisso do Governo do Distrito Federal para que os recursos a serem destinados hoje, tenham a devida celeridade para poder chegar ao seu objetivo final, que é a construção e a distribuição dessas casas, que serão lares para essas famílias. Para isso pediu o empenho

da Secretaria de Economia, no sentido de conseguir viabilizar o mais rápido possível a disponibilidade desses recursos. Em seguida procedeu à votação do processo nº 00392-00009669/2019-64, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes. A Secretária Executiva sugeriu colocar na frente de cada casa uma placa com o nome da família que será proprietária daquela residência. Sugestão que foi aceita e aplaudida por todos. Em seguida, passando ao Item 3. Assuntos Gerais, a palavra foi franqueada aos interessados: 1) O Conselheiro Antônio José Ferreira/Cafu parabenizou a Conselheira Júnia Salomão Federman, e a Secretária Executiva, Giselle Moll Mascarenhas pelo empenho no projeto, acolhimento da comunidade e pela sensibilidade demonstrada ao tema, assim como ao Pleno pela aprovação do projeto. O Conselheiro lembrou que o comércio de imóveis para alugar, vender e arrendar é bruto, em Brasília. E essa é uma questão que precisa ser encarada, pois trata de uma riqueza pesada derivada da construção imobiliária. Uma riqueza excludente. Por isso, segundo o Conselheiro, o esforço envolvido no trabalho de hoje carrega sinais humanizantes, na medida em que uma pessoa tem que dar a mão à outra na perspectiva do público envolvido. Este é um momento singular, de acordo com o Conselheiro que também informou que nesse momento há mais de 400 mil unidades do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1 inacabadas, em todo o País. Para proteção dessas unidades, as grandes construtoras absorvem e bancam a vigilância dessas construções, mas as médias e pequenas empresas não conseguem e estão falindo. O Conselheiro solicitou que o SINDUSCON oriente as construtoras que não descartem ou não transformem as sobras de materiais da construção civil, mas que destinem esse material a um banco de materiais de construção para doação às famílias carentes. Esses pequenos gestos possam ganhar ressonância de uma mão lavar a outra, de uma mão abraçar a outra enquanto um sinal de que é possível, com pequenas atitudes, a gente transformar vidas. Esse é um momento generoso, e quando o poder público revela essas qualidades, ele merece respeito e atenção e deve ser abraçado, estimulado e induzido, segundo fala do Conselheiro. 2) O Presidente da CODHAB, Senhor Wellington Luiz de Souza Silva, agradeceu a Secretária Executiva e aos Conselheiros pela sensibilidade demonstrada na análise do processo. Da mesma forma, agradeceu à Conselheira Júnia Salomão Federman pelo excelente voto e pela demonstração de conhecimento e compromisso com o tema. Agradeceu ao Governador Ibaneis, que mais uma vez demonstra que quer fazer um governo diferente, com foco voltado para os pobres. Agradeceu também aos Movimentos Sociais pelo bom trabalho feito em parceria com o Governo. Relatou que tem origem humilde e por isso se sente na obrigação de ajudar aos mais necessitados, sendo também esse o espírito do atual Governo, segundo ele. E o que foi feito nesta reunião de hoje foi uma demonstração de compromisso e de carinho com a população brasiliense, a qual obriga a CODHAB e a Terracap fazer seus trabalhos da melhor forma possível. Por fim, agradeceu a todo o secretariado do Governo pelo apoio dado à CODHAB. Informou que a CODHAB, nos últimos 10 anos, recebeu 475 mil reais em emendas parlamentares, no entanto, só neste ano de 2019, recebeu 16 milhões de reais, e todos esses valores serão executados, segundo ele. 3) O Conselheiro Nilvan Vitorino de Abreu, representante de Entidades dos Movimentos Sociais da Área de Habitação fez uso da palavra, dizendo acreditar que seja o projeto mais importante votado em todas as gestões do FUNDHIS, até o dia de hoje, pelo alcance social que está envolvido e pela história recente deste Conselho. Registrou que este é o primeiro Governo que, em seu primeiro ano de gestão, entregou moradias à população, além de atender e contemplar 62 entidades que faltava no seu cadastro. O Conselheiro solicitou, em nome do Movimento Social, que o Governo envie projeto para a Câmara Legislativa, incluindo a Quadra 119 de Santa Maria como de interesse social, o que de fato ela é, mas há uma dificuldade com a implantação da infraestrutura do local exatamente por não estar no contexto de interesse social. Informou que foram protocolados documentos junto à CODHAB, à Novacap e às Administrações Regionais para que fosse feita a limpeza da QS 20 do Riacho Fundo 2 e da Quadra 119 de Santa Maria, onde já foram entregues empreendimentos. Finalizando sua fala, o Conselheiro agradeceu à SEDUH e à CODHAB pela condução dos trabalhos. A Secretária Executiva, Giselle Moll Mascarenhas esclareceu que o Sinduscon tem sido parceiro da SEDUH em muitos projetos e ações, sempre trabalhando com muita sinergia no auxílio para atingir os objetivos deste Governo. 4) O Conselheiro Roberto Rubinger Botelho, representante da Área Empresarial – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, esclareceu que a construção civil atualmente tem um índice muito baixo de desperdício, diferente do que acontecia no passado. Convidou a Secretária Executiva, Giselle Moll Mascarenhas a participar de uma reunião da Diretoria do Sinduscon, para propor ação a eles sobre a doação de materiais de construção, pois talvez os associados se interessassem em fazer essas doações. Convide ao qual a Secretária Executiva, Giselle Moll Mascarenhas aceitou de imediato, inclusive informando que já tem à disposição de caminhão e galpão para recolher e acomodar os materiais e que a CODHAB seria a responsável por gerenciar quem estaria apto a receber o material, que seriam pessoas cadastradas na Faixa 1 e Faixa 2. Observou que não são apenas as grandes empresas que podem contribuir com o banco de materiais de construção, mas qualquer pessoa poderia fazê-lo. 5) A Senhora Fernanda Zardini, Coordenadora de Gestão dos Fundos informou que por ser um projeto pioneiro, no orçamento do Fundo não foi previsto, e o QDD não contempla ação de construção de unidades habitacionais. Por isso será necessário a adoção de providências para a criação dessa ação dentro do orçamento, o será feito o mais rápido. Informou que pelo decreto de descentralização, só poderá feita a parte que será efetivamente executada no exercício, em novembro e dezembro. 6) A Senhora Ruth Steffani Costa Leite fez uso da palavra e informou que “os inquilinos da Federação do Distrito Federal, através do Projeto Samambaia Nossa Casa, vieram a este evento especialmente para agradecer à equipe de Governo, à Secretaria de Habitação, à CODHAB, à Administração Regional de Samambaia, à Terracap pelos andamentos que têm dado a nossa população. Nunca antes na história, houve tanta abertura dentro do

Governo e as famílias carentes serem vistas com dignidade. O Governo do Distrito Federal, através de toda a equipe e de todos os presentes aqui, está dando dignidade a essas famílias.” Pelo qual agradeceu à CODHAB e à SEDUH e ao Secretário Mateus Leandro de Oliveira, em nome das famílias envolvidas. E pós a Federação dos Inquilinos do Distrito Federal, juntamente com todas suas entidades afiliadas, à disposição para trabalhar junto com o Governo. Lembrou que nesse projeto as famílias não gastarão um centavo por terem suas moradias e suas dignidades. 7) O Senhor Francisco Dorion, Presidente da Federação Inquilinos do DF agradeceu a todos, de forma muito especial ao Antônio Batista de Moraes por estar nesta reunião, mesmo após ter feito uma cirurgia. Mencionou que a Senhora Sandra Marinho e a Conselheira Júnia Salomão Federman trataram o projeto nesta reunião de uma forma carinhosa e amável. Disse que o Governo não vai conseguir fazer tudo só, mas as famílias beneficiadas pelas moradias são ou foram assistidas pelo Programa Bolsa Família ou pelo Programa Renda Minha. Lembrou que os Movimentos Sociais eram muito criminalizados no passado e há um ano não estão nas páginas policiais. E o Governo Ibaneis foi o primeiro a abraçar esse projeto, que começou no Governo passado, e que vai ganhar o mundo e ganhar muitos prêmios, pois é um projeto movido pelo amor. Também ressaltou que ninguém vai pagar nada, nem mensalidade pelas moradias recebidas. A Secretária Executiva, Giselle Moll Mascarenhas agradeceu as palavras de carinho da Senhora Ruth Steffani Costa Leite e do Senhor Francisco Dorion. Em nome do Secretário Mateus Leandro de Oliveira, agradeceu a todos pela presença e pelos trabalhos desenvolvidos. Salientou que o FUNDHIS é importante, não basta o Governo ter recursos, eles precisam ser bem direcionados. Por isso, o FUNDHIS existe para garantir que esses recursos voltados para a área da habitação sejam adequadamente utilizados. E todos os envolvidos neste Conselho são responsáveis pela destinação desses recursos. Finalizando os trabalhos, passou para o Item 4. Encerramento, que por não havendo mais discussões ou debates, a reunião foi encerrada pela Secretária Executiva, Senhora Giselle Moll Mascarenhas, agradecendo a presença de todos. Ata aprovada na 23ª Reunião Ordinária realizada no dia 29 de setembro de 2020. RICARDO SILVA MARTINS, Membro Suplente – SEEC; JÚNIA SALOMÃO FEDERMAN, Membro Suplente – CODHAB; KARINE KAREN MARTINS SANTOS, Membro Suplente – IBRAM; ROBERTO RUBINGER BOTELHO, Membro Titular – SINDUSCON; SÉRGIO AUGUSTO FONSECA MARTINS, Membro Suplente – TERRACAP; ANTONIO JOSÉ FERREIRA, Membro Suplente - Representantes de Entidades dos Movimentos Populares da Área de Habitação; ANTÔNIO BATISTA DE MORAIS, Membro Titular – Representante de Entidades dos Movimentos Populares da Área de Habitação; NILVAN VITORINO DE ABREU, Membro Titular – Representante de Entidades dos Movimentos Populares da Área de Habitação; IGOR DE FARIAS BASÍLIO, Membro Titular – Representante de Entidades dos Movimentos Populares da Área de Habitação. GISELLE MOLL MASCARENHAS Secretária Executiva - SEDUH.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

EXTRATO DA DECISÃO Nº 157/2020

Processo: 00391-00012074/2018-33. Autuado (a): ESSÊNCIA SERVIÇOS EM LOGÍSTICA. Objeto: Auto de Infração nº 02596/2018. Decisão: conhecer e negar provimento ao recurso interposto, confirmando a Decisão SEI-GDF nº 422/2019 - IBRAM/PRESI/CIJU/CTIA, para manter as penalidades de MULTA, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e de ADVERTÊNCIA, em face da transgressão do artigo 54, incisos XII e XXIII, da Lei Distrital nº 041/1989 c/c art. 19 da Instrução Normativa nº 213 – IBRAM. Cabe ao setor competente do IBRAM a verificação do cumprimento das obrigações decorrentes da penalidade de advertência. Notificar o recorrente do julgamento e de sua fundamentação. Informar que a Lei Complementar Distrital nº 833/11 prevê o parcelamento de débitos perante o Distrito Federal em até 60 (sessenta) meses, desde que atendidos os requisitos legais para a sua concessão. Fica facultada ao autuado a interposição de recurso ao Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF, no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar do recebimento da Decisão supracitada.

JOSÉ SARNEY FILHO
Secretário de Estado

EXTRATO DA DECISÃO Nº 239/2020

Processo: 00391-00006488/2019-12. Autuado (a): Marleide Luiz Serafim Objeto: Auto de Infração nº 0391/2019. Decisão: CONFIRMAR a Decisão nº 9 382/2020 - IBRAM/PRESI/CIJU/CTIA, proferida em lâ instância, para manter as penalidades de ADVERTÊNCIA e de MULTA no valor de R\$792,14 (setecentos e noventa e dois reais e quatorze centavos). Notificar a recorrente do julgamento e de sua fundamentação, bem como do prazo de 05 (dias), a contar da data da ciência da presente decisão, para a interposição de recurso ao Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF, com fulcro no parágrafo único do art. 60 da Lei Distrital nº 41/1989. Informar o parcelamento de débitos perante o Distrito Federal em até 60 (sessenta) meses, desde que atendidos os requisitos legais para a sua concessão, conforme prevê a Lei Complementar Distrital nº 833/11.

JOSÉ SARNEY FILHO
Secretário de Estado